



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Subscrição de 280 (duzentas e oitenta) licenças de software para proteção de dados (backup) do fabricante Veeam, para o ambiente computacional do Data Center do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), acesso a novas versões e serviço de suporte técnico especializado pelo período de 60 (sessenta) meses, nos termos da tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO GERAL	UNIDADE DE MEDIDA	Qtd	Valor máximo unitário aceitável	Valor máximo total aceitável
1	Contrato 03491196 - V-FDNVUL-1I-MU5AR-00 Veeam Data Platform Foundation Subscription Universal License. Includes Enterprise Plus Edition features. 5 Years Renewal Subscription Upfront Billing & Production (24/7) Support. V-ADVUL-1I-MU5YP-U3 Upgrade from Veeam Data Platform Foundation to Veeam Data Platform Advanced Universal license. 5 Year Subscription Upfront Billing & Production (24/7) Support Código SIASG 26077	Licença	280	R\$ 2.052,03	R\$ 574.568,40

1.2. Das especificações técnicas do produto:

- O suporte técnico, manutenção e atualização de versões deverá ser disponibilizado pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses.
- As licenças deverão ser disponibilizadas no portal do fabricante em área restrita específica, com acesso da equipe gestora para a devida conferência e uso posterior.

- c) A contratada deverá disponibilizar canal de suporte técnico oficial do fabricante com a possibilidade de acionamento através de telefone e meio eletrônico.
- d) Não deverá haver limites quanto ao número de acionamentos do suporte técnico durante a vigência do contrato.
- e) Na abertura do chamado, a contratada deverá fornecer um número de registro para acompanhamento.
- f) Quando da abertura do chamado à CONTRATADA, será informada a severidade atribuída, podendo ser:
 - i) Severidade 1: indisponibilidade;
 - ii) Severidade 2: funcionalidades principais estão prejudicadas e o ambiente funciona com restrições significativas;
 - iii) Severidade 3: este nível é aplicado quando há perdas de funcionalidades não críticas, e o ambiente funciona com restrições de menor impacto;
 - iv) Severidade 4: este nível é aplicado quando há questões de caráter geral.
- g) Os tempos de resposta devem seguir os níveis de serviço abaixo descritos:
 - i) Severidade 1: deverá ser iniciado em até 60 (sessenta) minutos;
 - ii) Severidade 2: iniciado em até 4 (quatro) horas;
 - iii) Severidade 3: iniciado em até 8 (oito) horas;
 - iv) Severidade 4: iniciado em até 12 (doze) horas.
- h) O início de atendimento e da resolução do serviço de suporte técnico corresponderá à hora da comunicação feita pelo contratante à contratada, conforme sistema de registro próprio do fabricante.
- i) Compatibilidade com sistemas operacionais: O software deve ser compatível com os sistemas operacionais dos servidores e ativos hospedados, garantindo a cobertura de todos os ambientes necessários. Por exemplo, Windows Server, GNU/Linux, VMware ESXi, Nutanix AHV e Proxmox.
- j) Tipo de backup suportado: O software deve permitir diferentes tipos de backup como completo, incremental e diferencial para atender diferentes políticas de retenção e desempenho.
- k) Retenção e política de armazenamento: O software deve possibilitar configuração flexível das políticas de retenção, atendendo às normas internas e legislações aplicáveis sobre o tempo de guarda das informações.
- l) Restauração granular: O software deve permitir a restauração de arquivos, pastas ou volumes específicos, possibilitando recuperação eficiente e ágil de dados críticos. Além de fazer a

integração com plataformas de mercado como Active Directory, Oracle Database, PostgreSQL e SQL Server.

- m) Criptografia dos dados: O software deve prover criptografia dos dados em trânsito e em repouso.
- n) Automação de rotinas de backup: O software deve permitir automação e agendamento de rotinas de backup, reduzindo a intervenção manual e erros operacionais.
- o) Monitoramento e geração de relatórios: O software deve disponibilizar painéis de monitoramento, alertas de falhas e relatórios detalhados sobre status dos backups e restaurações para acompanhamento e auditoria
- p) Suporte a banco de dados: O software deve garantir compatibilidade para backup e recuperação de bases de dados hospedadas nos servidores do Datacenter.
- q) Integração com soluções de virtualização: O software deve ser capaz de realizar backup de máquinas virtuais nos principais hipervisores utilizados na infraestrutura, como Nutanix AHV, VMWare ESXi e Proxmox.
- r) Possibilidade de backup em nuvem e local: O software deve oferecer a opção de armazenar cópias de segurança em nuvem pública, privada ou híbrida, bem como em dispositivos locais, garantindo maior flexibilidade e resiliência.
- s) Registro e auditoria de operações: O software deve manter registros detalhados de todas as operações realizadas para fins de auditoria, controle e conformidade com exigências legais e normativas.
- t) Licenciamento por assinatura: O fornecimento do software deve ser baseado em modelo de assinatura pelo período contratado, garantindo manutenção de direitos de uso, atualizações e suporte durante o período vigente.

1.3. Do local e horário de entrega: A entrega da solução é de natureza eletrônica. A empresa contratada deverá disponibilizar as chaves de licenciamento ou registrar os direitos de subscrição diretamente na conta corporativa existente do TRE-PR no portal do fabricante. O Gestor Técnico do Contrato fornecerá os dados de acesso necessários à CONTRATADA para o cumprimento desta etapa.

1.4. Prazo de entrega do objeto: no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da assinatura do contrato.

1.5. Prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

1.5.1. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

1.5.1.1. A ativação das licenças pela CONTRATADA no portal do fabricante em nome do CONTRATANTE, será considerado o momento em que o objeto será considerado efetivamente entregue.

1.5.2. O presente contrato é improrrogável, em virtude da natureza do objeto e de seu modelo de comercialização.

1.5.3. A impossibilidade de prorrogação se justifica pelo fato de o objeto contratual (subscrição por prazo determinado) se exaurir integralmente ao final da vigência e pela inviabilidade de se aplicar um mero reajuste por índice de preços para um novo período. A precificação de uma futura renovação dependerá de nova tabela de valores do fabricante, o que demanda, por força de lei, a instauração de um novo processo licitatório para garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade pública de assegurar a continuidade, a segurança e a integridade dos dados e sistemas críticos do Tribunal, um pilar essencial para a prestação ininterrupta da atividade jurisdicional e administrativa. A proteção dos dados institucionais não é apenas uma necessidade operacional, mas uma obrigação legal e um dever para com o interesse público, garantindo a salvaguarda de informações sensíveis e a resiliência dos serviços essenciais à sociedade.

2.2. Conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, a solução de backup em uso possui licenças com vigência a expirar, tornando esta contratação indispensável e urgente para mitigar riscos inaceitáveis de perda de dados, paralisação de serviços e vulnerabilidade a ataques cibernéticos, como *ransomware*. A interrupção deste serviço colocaria em risco a própria continuidade das operações do Tribunal.

2.3. A contratação está alinhada às políticas públicas e diretrizes estratégicas do Poder Judiciário, notadamente à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD) e à Resolução CNJ nº 468/2022, que orientam os órgãos a investirem em soluções que fortaleçam a governança e a segurança da informação.

2.4. Os objetivos a serem alcançados com esta contratação são:

- a. Garantir a continuidade do serviço de cópias de segurança (backup) dos ativos de TIC do Tribunal, sem interrupção;
- b. Assegurar a capacidade de recuperação de dados e sistemas em caso de incidentes, desastres ou ataques cibernéticos;
- c. Manter a plataforma de proteção de dados atualizada e com suporte técnico especializado do fabricante;
- d. Atender ao princípio da eficiência administrativa, ao manter a padronização tecnológica, evitando custos e riscos associados a uma eventual migração de solução.

2.5. Como resultado esperado, a Administração garantirá a resiliência operacional, a segurança jurídica e a proteção de seu patrimônio informacional, assegurando que os serviços judiciais e administrativos permaneçam disponíveis, íntegros e confiáveis para o cidadão.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

3.1. A presente contratação consiste em um serviço continuado de subscrição de software para proteção de dados (backup), que assegura a resiliência, disponibilidade e integridade das informações e sistemas críticos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). A solução abrange todo o ciclo de vida do objeto pelo período de 60 (sessenta) meses, garantindo a proteção do ambiente de virtualização baseado nas plataformas Nutanix AHV e VMware ESXi, bem como do appliance Oracle Database.

3.2. A visão integrada da solução, durante as fases do contrato, é descrita a seguir:

- a. Fornecimento: Nesta fase, a CONTRATADA deverá prover o acesso às licenças de software. A entrega será realizada de forma eletrônica, mediante a disponibilização e o registro de 280 (duzentas e oitenta) licenças do tipo Veeam Universal License (VUL) na conta corporativa do TRE-PR, diretamente no portal do fabricante. Este fornecimento representa a concessão do direito de uso do software, com todas as suas funcionalidades, pelo prazo integral de 60 (sessenta) meses.
- b. Implantação: Considerando que o TRE-PR já utiliza a solução Veeam, a fase de implantação consistirá na ativação das novas licenças no ambiente de produção existente. A equipe técnica do CONTRATANTE será responsável por aplicar as chaves de licenciamento fornecidas. A CONTRATADA deverá prover o suporte técnico necessário durante este processo para garantir que a transição ocorra sem interrupção ou falhas no serviço.

- c. Operação e Manutenção: A operação diária da ferramenta, incluindo a configuração de políticas de backup, execução de rotinas e realização de testes de restauração, será de responsabilidade exclusiva da equipe técnica do CONTRATANTE.
- d. A manutenção do software é uma obrigação contínua da CONTRATADA, que deverá garantir ao CONTRATANTE o acesso irrestrito a todas as atualizações (*updates*), correções de segurança (*patches*) e novas versões do software que forem lançadas pelo fabricante durante a vigência do contrato.
- e. Suporte Técnico: Durante os 60 (sessenta) meses, a CONTRATADA garantirá ao CONTRATANTE o acesso ilimitado ao suporte técnico especializado do fabricante, em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) para incidentes críticos. O suporte deverá ser acessível via portal web e telefone, e abrangerá a solução de problemas, o esclarecimento de dúvidas, o auxílio em configurações avançadas e a orientação de melhores práticas para a proteção de todo o ambiente escopado (Nutanix AHV, VMware ESXi e Oracle Database).
- f. Desmobilização: Ao final do prazo de vigência de 60 meses, o direito de uso do software e o acesso aos serviços de manutenção e suporte técnico serão encerrados. Não haverá ação de desinstalação ou remoção física por parte da CONTRATADA. Caberá à equipe do CONTRATANTE, que detém a propriedade integral de todos os dados salvaguardados, ter concluído um novo processo de contratação para garantir a continuidade do serviço, caso a necessidade persista.

3.3. Das obrigações da contratada:

3.3.1. Prestar todo o suporte necessário durante o processo de ativação das licenças no ambiente do CONTRATANTE, visando sanar quaisquer problemas ou dúvidas.

3.3.2. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3.3. Manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados ou informações do CONTRATANTE a que venha a ter acesso, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

3.4. Das obrigações da contratante:

3.4.1. Efetuar o pagamento do valor acordado, na forma e no prazo estabelecidos no contrato, após a devida liquidação da despesa, que ocorrerá com o ateste do recebimento e ativação integral das

licenças pelo fiscal do contrato.

3.4.2. Designar gestor e fiscal (técnico e/ou administrativo) para o contrato, que serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e ateste dos serviços prestados.

3.4.3. Comunicar formalmente à CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades, vícios ou descumprimentos verificados na execução do contrato.

3.4.4. Fornecer as informações necessárias para que a CONTRATADA possa efetuar o registro das licenças em nome do Tribunal.

3.4.5. Realizar, com sua própria equipe técnica, a aplicação das chaves de licenciamento no ambiente computacional e a operação diária da solução de backup.

3.4.6. Planejar e executar a instalação das atualizações e novas versões do software disponibilizadas pela CONTRATADA.

3.4.7. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos que se fizerem necessários para a fiel execução do contrato.

3.4.8. Garantir que a equipe técnica interna seja o primeiro nível de atendimento e acione o suporte técnico do fabricante apenas quando necessário.

3.5. Das obrigações da Contratada e da Contratante:

3.5.1. Em atenção aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, as partes declaram-se cientes e comprometem-se a cumprir rigorosamente a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação disposta na Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, a qual estabelece que qualquer conduta que configure assédio moral, assédio sexual ou discriminação, conforme definido na referida Política, será considerada grave infração e sujeitará o infrator às medidas cabíveis, previstas na própria Política e na legislação aplicável.

3.5.2. A contratada deve observar a regra de não retaliação de agentes públicos e empregados(as) em razão da apresentação de denúncias, conforme disposto no artigo 10º da Resolução TRE-PR nº 946/2025.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A solução de software para proteção de dados deverá atender a um conjunto de requisitos funcionais, técnicos e não funcionais, que visam garantir seu perfeito alinhamento às necessidades operacionais e estratégicas do TRE-PR. Estes requisitos foram definidos com base nas especificidades do ambiente tecnológico do Tribunal, nas boas práticas de mercado e na estrita observância das normativas vigentes.

4.2. Requisitos Funcionais

4.2.1. Os requisitos funcionais descrevem as ações e funcionalidades que o software deve ser capaz de executar para atender às necessidades do CONTRATANTE.

Categoria	Requisito Funcional
Backup	Ser capaz de realizar o backup completo, incremental e diferencial de máquinas virtuais (VMs) hospedadas nos ambientes de virtualização VMware ESXi e Nutanix AHV.
	Permitir a realização de backups de forma "sem agente" (agentless) para as máquinas virtuais.
	Suportar a integração com o Oracle Database Appliance para a realização de backups consistentes e transacionais das bases de dados, preferencialmente via integração com Oracle RMAN.
	Possuir funcionalidade de backup consistente com o estado das aplicações (application-aware processing) para sistemas como Microsoft Active Directory, SQL Server, entre outros.
Recuperação	Permitir a restauração completa e instantânea de máquinas virtuais (Instant VM Recovery).
	Viabilizar a recuperação granular de itens individuais, como arquivos, pastas, e-mails e objetos de banco de dados, sem a necessidade de restaurar a VM ou o banco de dados por completo.
	Oferecer mecanismos de verificação automática da recuperabilidade dos backups (SureBackup ou funcionalidade equivalente).
Gerenciamento	Prover uma console de gerenciamento centralizada, com interface gráfica intuitiva, que permita a gestão de todas as políticas, rotinas e alertas de backup.
	Disponibilizar um sistema de relatórios detalhados e painéis de controle (dashboards) para o monitoramento do ambiente e a identificação proativa de falhas.
	Possuir controle de acesso baseado em função (RBAC - Role-Based Access Control) para a delegação de permissões de gerenciamento.

4.3. Requisitos técnicos

4.3.1. Os requisitos técnicos especificam as condições de fornecimento e as características técnicas da subscrição e do suporte associado.

Categoria	Requisito Técnico
Licenciamento	O objeto da contratação compreende a subscrição de 280 (duzentas e oitenta) licenças do tipo Veeam Universal License (VUL) ou equivalente, que permita o uso irrestrito em todo o ambiente escopado.
	A subscrição deverá ter vigência de 60 (sessenta) meses, garantindo o direito de uso, atualizações e suporte técnico durante todo o período.
	As licenças deverão ser registradas em nome do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no portal oficial do fabricante.
Suporte Técnico	Garantir acesso direto e ilimitado ao suporte técnico especializado do fabricante, em português e/ou inglês, por meio de portal web e telefone.
	O suporte para incidentes críticos (prioridade 1) deverá estar disponível em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana).
Atualizações	Assegurar o direito a todas as novas versões, atualizações (updates) e correções (patches) do software lançadas pelo fabricante durante a vigência do contrato.

4.4. Requisitos Não Funcionais e de Conformidade

4.4.1. Estes requisitos definem os padrões de qualidade, desempenho e conformidade que a solução e sua contratação devem seguir.

4.4.2. Segurança: O software deverá dispor de funcionalidades para a proteção dos dados de backup contra acessos não autorizados e ataques de ransomware, incluindo criptografia dos dados em trânsito e em repouso, e suporte a repositórios com imutabilidade. A contratação deverá observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e a Política de Segurança da Informação do TRE-PR.

4.4.3. Sustentabilidade: A contratação atende aos critérios de sustentabilidade por meio do fornecimento eletrônico do objeto, eliminando a necessidade de mídias físicas, embalagens e transporte, o que contribui para a redução da emissão de gases de efeito estufa. A seleção de propostas deve observar, no que couber, as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU).

4.4.4. Sustentabilidade Social: Em atenção aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, as partes declaram-se cientes e comprometem-se a cumprir rigorosamente a Política de

Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação disposta na Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, a qual estabelece:

- I. Qualquer conduta que configure assédio moral, assédio sexual ou discriminação, conforme definido na referida Política, será considerada grave infração e sujeitará o infrator às medidas cabíveis, previstas na própria Política e na legislação aplicável;
- II. A contratada deve observar a regra de não retaliação de agentes públicos e empregados(as) em razão da apresentação de denúncias, conforme disposto no artigo 10º da Resolução TRE-PR nº 946/2025.

4.4.5. Conformidade Normativa: A contratação e a solução deverão estar em estrita conformidade com o arcabouço legal e normativo, incluindo, mas não se limitando a:

4.4.5.1. Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

4.4.5.2. Resolução CNJ nº 468/2022, que dispõe sobre as diretrizes para contratações de Soluções de TIC no Poder Judiciário.

4.4.5.3. Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD - Resolução CNJ nº 370/2021), especialmente no que tange ao fortalecimento da segurança e da continuidade dos serviços.

4.4.5.4. Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário (CNJ), como referência de boas práticas para o processo de contratação.

4.5. Indicação de marca ou modelo

4.5.1. Em observância ao princípio da padronização e em conformidade com as exceções previstas na Lei nº 14.133/2021, a Administração justifica a indicação da solução de software do fabricante Veeam para a presente contratação, por ser esta a única opção que atende aos requisitos de continuidade, eficiência, segurança e economicidade, conforme detalhado a seguir.

4.5.2. Continuidade Operacional e Padronização: O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) já utiliza a plataforma Veeam como solução padrão para a proteção de dados de seu ambiente computacional crítico. A equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação possui amplo conhecimento e proficiência na operação, gerenciamento e solução de problemas da ferramenta. A manutenção desta plataforma é essencial para a continuidade das rotinas de backup e recuperação de dados, que são executadas de forma estável e confiável, evitando a introdução de uma nova solução que demandaria uma curva de aprendizado e poderia introduzir instabilidades operacionais.

4.5.3. Compatibilidade e Integração com o Ambiente Existente: A solução Veeam está profundamente integrada e em pleno funcionamento com as tecnologias centrais do Data Center do TRE-PR, notadamente com as plataformas de virtualização VMware ESXi e Nutanix AHV. Essa

compatibilidade, já testada e validada em produção, garante a execução de backups consistentes e o cumprimento dos objetivos de tempo de recuperação (RTO) e ponto de recuperação (RPO), fatores críticos para a resiliência dos serviços prestados.

4.5.4. Assim, a especificação de Marca e Modelo está em conformidade com o Art. 41, inciso I, alínea "b", da Lei 14.133/21: "em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração".

4.6. Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7. Da garantia de execução contratual: Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Participação de Pessoa Física: a participação é restrita a pessoas jurídicas, pois a natureza do objeto exige, como requisito de qualificação técnica (art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021), a comprovação de parceria autorizada pelo fabricante para garantir a segurança da contratação. Tal condição, por seu modelo de negócio, é inacessível a pessoas físicas.

4.9. Participação de Consórcio: não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

5.1. Do recebimento provisório:

5.1.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação oficial da CONTRATADA de que realizou a entrega eletrônica das licenças.

5.1.2. A entrega se materializa com o crédito e o registro das 280 (duzentas e oitenta) licenças, com vigência de 60 (sessenta) meses, na conta corporativa do CONTRATANTE no portal oficial do fabricante.

5.2. Do recebimento técnico:

5.2.1. Após o recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar a verificação técnica. A verificação consistirá na conferência, dentro do portal do fabricante, dos seguintes aspectos:

5.2.1.1. A quantidade exata de 280 (duzentas e oitenta) licenças;

5.2.1.2. A titularidade das licenças em nome do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná;

A

5.2.1.3. A validade e a vigência integral de 60 (sessenta) meses para todas as licenças;

5.2.1.4. O pleno acesso aos serviços de suporte e atualização vinculados à subscrição.

5.3. Do recebimento definitivo:

5.3.1. Após o recebimento técnico, o gestor do contrato procederá com o ateste da Nota Fiscal no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

5.4. Dos serviços rejeitados: Caso a verificação técnica aponte qualquer inconformidade, vício, defeito ou discrepância com as especificações exigidas, o objeto será formalmente rejeitado. A CONTRATADA será notificada da rejeição e deverá sanar todos os problemas apontados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da notificação, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

5.4.1. A reincidência ou o não cumprimento do prazo para correção poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

5.5. Forma de pagamento: O pagamento será realizado de forma integral, em parcela única após o recebimento definitivo do objeto. O pagamento integral é justificado pela natureza da contratação de licenciamento de software e pelo modelo de comercialização do fabricante.

5.5.1. O pagamento está condicionado à verificação da regularidade fiscal da CONTRATADA e à apresentação da Nota Fiscal, que deverá conter o detalhamento do objeto, o número do processo administrativo e os dados bancários da empresa.

5.5.2. A contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal para o e-mail sids@tre-pr.jus.br com cópia para coinf@tre-pr.jus.br.

6. DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1.** A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3.** A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados para tal fim, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)):
- 6.4.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.5.** O fiscal/gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, no que couber, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.6.** O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.7.** O fiscal/gestor da contratação comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.8.** O gestor da contratação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do fim de vigência do instrumento contratual (contrato ou substitutivo), deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.8.1.** O relatório final deverá ser anexado no processo da contratação e encaminhado para a Coordenadoria e Secretaria demandantes para ciência e eventuais providências necessárias.

7. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 7.1.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.
- 7.2.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste Termo, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 7.3.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores através do endereço eletrônico sids@tre-pr.jus.br.